

LEI MUNICIPAL Nº 1.709/2001 DE 04 DE MAIO DE 2001.

“INSTITUI O PROGRAMA DE GARANTIA DE RENDA MÍNIMA ASSOCIADO A AÇÕES SÓCIO-EDUCATIVAS E DETERMINA OUTRAS PROVIDÊNCIAS .”

FRANCISCO FRIZZO, Prefeito Municipal de Constantina-RS, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER, em cumprimento com o artigo 80, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo o seguinte:

ART. 1º - Fica instituído, no âmbito deste Município, o programa de Garantia de Renda Mínima associado a ações Sócio-Educativas.

Parágrafo 1º- São beneficiárias do programa instituído por esta Lei as famílias com Renda Per Capita até noventa reais mensais, que possuam sob sua responsabilidade crianças com idade entre seis e quinze anos, matriculadas em estabelecimentos de ensino fundamental regular, com frequência escolar igual ou superior a (85%) oitenta e cinco por cento.

Parágrafo 2º- Para fins do parágrafo anterior, considera-se:

- I- Família a unidade nuclear, eventualmente ampliada por outros indivíduos que com ela possuam laços de parentesco, que forme um grupo doméstico, vivendo sob o mesmo teto e mantendo sua economia pela contribuição de seus membros;
- II- Para enquadramento na faixa etária, a idade da criança, em números de anos completados até o primeiro dia do ano no qual se dará a participação financeira da União; e
- III- Para determinação da Renda Per Capita ,a soma dos rendimentos brutos auferidos pela totalidade dos membros da família dividida pelo número de seus membros.

Parágrafo 3º - O Poder Executivo poderá reajustar o limite da renda familiar Per Capita fixado no Parágrafo 1º, desde que atendidas todas as famílias compreendidas na faixa original.

ART. 2º- O Programa instituído por esta Lei tem como objetivo incentivar e viabilizar a permanência das Crianças beneficiárias na rede escolar de ensino fundamental, por meio de ações sócio-educativas de apoio aos trabalhos escolares,de alimentação e de práticas desportivas e culturais em horário complementar das aulas.

Parágrafo 1º- O poder Executivo definirá as ações específicas a serem desenvolvidas, ou patrocinadas pela municipalidade para o atingimento dos objetivos do programa.

Parágrafo 2º- As despesas decorrentes do disposto no parágrafo anterior correrão à conta dos Orçamentos dos Órgãos encarregados de sua implantação.

ART. 3º-Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a formalizar, a adesão ao Programa Nacional de Renda Mínima, vinculada à educação-"Bolsa_Escola", instituído pelo Governo Federal.

Parágrafo 1º- Fica o Poder Executivo Municipal igualmente autorizado a assumir, perante a União, as responsabilidades administrativas e financeiras decorrentes da adesão ao referido programa.

Parágrafo 2º- Compete a Secretaria Municipal de Educação , Cultura e Desporto desempenhar Renda Mínima vinculada à Educação-" Bolsa-Escola."

ART. 4º- Fica Instituído o Conselho de Acompanhamento e Conselho Social do Programa de Garantia de Renda Mínima, com as seguintes competências:

- I- acompanhar e avaliar a execução das ações definidas na forma dos Parágrafos 1º e 2º.
- II- aprovar a relação de famílias cadastradas pelo Poder Executivo Municipal como beneficiárias do programa;
- III- aprovar os relatórios trimestrais de frequência escolar das Crianças beneficiárias;
- IV- estimular a participação comunitária no controle da Execução do Programa no âmbito Municipal;
- V- desempenhar as funções reservadas no Regulamento do Programa Nacional de Renda Mínima-"Bolsa-Escola";
- VI- elaborar, aprovar e modificar seu regimento interno; e
- VII- exercer outras atribuições estabelecidas em normas complementares.

Parágrafo 1º- O Conselho instituído nos termos deste artigo terá 7 (sete) membros nomeados pelo Chefe do Poder Executivo, por indicações das seguintes entidades:

- I- Um representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Constantina-STR.
- II- Um representante da Pastoral da Criança.
- III- Um representante da Associação de Círculos de Pais e Mestres de

- IV- Um representante da Secretaria de Educação.
- V- Um representante da assistência Social.
- VI- Um representante da Secretaria da Fazenda.
- VII- Um representante do Conselho Municipal de Educação

Parágrafo 2º- A participação no conselho instituído nos termos deste artigo não será remunerada, ressalvado o ressarcimento das despesas necessárias à participação nas reuniões.

Parágrafo 3º- é assegurado ao Conselho de que trata este artigo o acesso a toda a documentação necessária ao exercício de suas competências.

Art. 5º- Esta Lei entra em vigor na data de sua Publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Constantina-RS, em 04 de maio de 2001.

FRANCISCO FRIZZO
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRA-SE E PUBLICUES-SE
DATA SUPRA

GILMAR LUIZ FERRAREZZE
SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA